Notícias do dia 30 de janeiro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Aeronave repassada à Saúde tem outros usos 3

Aeronave repassada à Saúde tem outros usos

Apenas 4 de 74 viagens realizadas pelo governo de **Goiás** em jatinho cedido pela Justiça Federal sob pretexto de reforçar atendimentos na saúde foram utilizadas de fato para o setor. O uso da aeronave ao longo de 2021 serviu majoritariamente para transporte do governador **Ronaldo Caiado** (UB) e da primeira-dama Gracinha Caiado e suas equipes para eventos e reuniões.

Os dados são de relatório da Secretaria Estadual da Casa Militar, divulgado 1 ano e 4 meses depois de solicitação feita pela reportagem por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), que o governo se recusava a responder. O pouco uso para a saúde inclusive só ocorreu depois do registro do pedido do POPULAR, em setembro de 2021.

O Ministério Público Estadual (MP-**GO**) e o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-**GO**) haviam instaurado procedimentos no primeiro semestre do ano passado para apurar o descumprimento da LAI por parte do estado neste caso (leia reportagem abaixo). Internamente, a Controladoria-Geral do Estado (CGE) também cobrava a transparência da Casa Militar.

As informações oficiais apontam 183 voos - considerando ida, volta e outros deslocamentos durante as viagens-, dos quais 30 serviram para transporte exclusivo da primeira-dama e auxiliares. Em duas ocasiões, houve uso para transporte de vacinas contra a Covid-19, ambas em julho de 2021. Foram registrados ainda dois transportes de enfermos, em outubro e dezembro daquele ano.

Quando obteve autorização judicial para utilizar o Cessna Citation Aircraft, que havia sido apreendido em operação contra o tráfico drogas, Caiado disse que a aeronave daria "agilidade ao nosso serviço aéreo, no transporte de órgãos de pacientes graves e de enfermos por **Goiás** e pelo Brasil".

Nunca houve uso para transporte de órgãos, segundo o relatório, que inclui dados de maio a dezembro de 2021.

A Polícia Federal do Distrito Federal também havia solicitado a cessão do avião, à época, mas o juiz federal substituto João Moreira Pessoa de Azambuja, da 11ª Vara Criminal da Seção Judiciária de **Goiás**, atendeu ao pedido de **Goiás**. Após a autorização, Caiado entregou ao juiz uma réplica da aeronave como forma de agradecimento.

No requerimento a Azambuja, protocolado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), o governo estadual citou por duas vezes o que seria prioridade do uso do jatinho: "objetiva-se utilizá-la preferencialmente para o transporte de órgãos e transporte aeromédico" e "preferência por utilização em missões de caráter humanitário (transporte de órgãos e enfermos)".

A aeronave foi uma das três apreendidas pela Polícia Civil de **Goiás** em agosto de 2019, no que foi chamada à época de maior operação realizada na história da corporação. Batizada de Icarus, a operação desarticulou uma quadrilha internacional de tráfico de drogas, que utilizava **Goiás** como parte do trajeto, chamado de "rota caipira".

Além do Cessna, as forças policiais apreenderam outro jato executivo, modelo Dassault Falcon, e um helicóptero (Eurocopter EC 130). Este último também foi cedido ao Estado e igualmente teve a divulgação de uso em relatório, atendendo a pedido pela LAI.

Uma foto que mostrou Gracinha "visitando" o Falcon depois da operação, divulgada pelo Giro, gerou polêmica na ocasião pelos questionamentos sobre qual o sentido da primeira-dama se envolver no assunto. As aeronaves estavam à época recolhidas no Hangar do estado.

Saúde

Em 9 de outubro de 2021, o jatinho saiu de **Goiânia** levando uma médica e um enfermeiro, passou por Brasília, pegou dois passageiros e seguiu para São Paulo. A justificativa oficial da viagem foi "transporte de enfermos", mas não há detalhes sobre o caso e nem explicação sobre por que o paciente saiu de Brasília.

Em 7 de dezembro, a aeronave levou um médico e um enfermeiro de **Goiânia** para Porto Seguro, na Bahia, e retornou com mais dois passageiros policiais militares, no que também foi registrado como transporte de enfermo. Não há informação de quem seria o paciente.

Os usos para transporte de vacinas ocorreram em 9 de julho, de **Goiânia** para Porangatu e Posse, e no dia 16 do mesmo mês, de Rialma para Porangatu, Posse, Campos Belos e Goianésia.

Os dados mostram um registro de uso do jatinho para operação policial, em outubro de 2021, em viagem de

Goiânia para Ponta Porã (MS). O voo levou seis policiais. O governo divulgou na época a apreensão de 2,5 toneladas de maconha e prisão de quatro suspeitos na operação conjunta de **Goiás** e Mato Grosso do Sul.

Outros Estados

Nas viagens para outros estados, estão seis para São Paulo. Em uma delas, Caiado viajou para fazer exames médicos, em agosto de 2021. Em outubro, o relatório registrou uma viagem de Gracinha, com a diretora-geral da Organização das Voluntárias de **Goiás**, Adryanna Caiado e duas médicas, para a capital paulista, com a seguinte finalidade: "transporte de autoridade e duas médicas para cirurgia de emergência após crise grave de saúde". O relatório não informa quem foi o paciente.

Também houve viagem a São Paulo para visita ao ex-prefeito de **Goiânia** e ex-governador Iris Rezende, em setembro. Ele morreu dois meses depois, em decorrência de AVC que sofreu em agosto daquele ano. Governador e comitiva também tiveram visita ao Google e acompanhamento de leilão de ações da **Celg** Transmissão (**Celg** T).

O relatório mostra apenas uma viagem sem especificação de agenda pública do governador. Foi uma reunião com o prefeito de Catalão, Adib Elias, em outubro. A visita ocorreu dias depois de Caiado convidar Daniel Vilela, presidente do MDB, para a vaga de vice na sua chapa, o que provocou críticas de Adib. A viagem foi, portanto, para articulação **política** para as eleições do ano seguinte.

Helicóptero

O relatório de uso do helicóptero mostra 77 viagens em 2021, sendo sete com comitiva da primeira-dama. A filha de Caiado Anna Vitória utilizou a aeronave por três vezes, acompanhando o governador. Os voos também tiveram caronas para deputados e senadores.

Todas as viagens tiveram como justitificativas inaugurações, vistorias e eventos no interior.

Respostas

O POPULAR solicitou resposta do governo de **Goiás** sobre o motivo de o avião ter sido utilizado em apenas 4 atendimentos à saúde, quando a prioridade seria o setor, mas não obteve resposta. A reportagem também pediu à Secretaria Estadual de Saúde (SES) dados da demanda por transporte de pacientes e de órgãos, mas a pasta informou que só seria possível concluir o levantamento esta semana.

No ano passado, a reportagem questionou a SES se já havia utilizado as aeronaves cedidas pela Justiça ao governo e a resposta foi que não. A pasta informou ter convênio com o Corpo de Bombeiros para uso de aeronaves Seneca e helicóptero adaptados para atender transporte de órgãos, UTI aérea e transporte de vacinas, e que não utiliza a frota de responsabilidade da Superintendência do Serviço Aéreo de **Goiás** (Saeg), subordinada à Casa Militar. Também informou que há casos de pedidos à Força Aérea Brasileira (FAB).

De acordo com a SES, não houve, por parte da pasta, qualquer solicitação ou utilização do jatinho e do helicóptero cedidos pela Justiça Federal, o que coloca não deixa claro a forma como foi definida a opção pelo transporte de enfermos em duas ocasiões no Cessna.

Segundo dados de contratos do estado para seguro de aeronaves, disponíveis no Diário Oficial, a frota da Saeg inclui dois King Air Beech AirCraft, que também são jatos, e dois Senecas.

A Justiça Federal informou no ano passado que o estado tem apenas de cumprir a determinação de contratar seguro e se responsabilizar pela manutenção e preservação, e que não monitora relatório de uso da aeronave.

Em março do ano passado, quando O POPULAR reivindicava os dados, a Secretaria Estadual de Comunicação (Secom) disse que "ao contrário do que ocorria no passado com as aeronaves da Saeg, que eram exclusivas para o deslocamento de autoridades, por ordem expressa do governador **Ronaldo Caiado**, elas também passaram a ser utilizadas, quando necessário, em operações nas áreas de Segurança Pública, Saúde e Serviço Social, a exemplo das operações de caça ao foragido Lázaro, em apoio às vitimas de enchentes no Nordeste goiano e outras operações". A resposta da Secom não falou especificamente das aeronaves cedidas pela Justiça ao estado.

O governo não disponibilizou os dados sobre utilização dos aviões em 2022.

MP-**GO** abriu inquérito por falta de transparência

O governador **Ronaldo Caiado** e o juiz federal João Azambuja no Hangar Pedro Ludovico (26/08/2020) (Foto: Governo de **Goiás**)

O Ministério Público de **Goiás** (MP-**GO**), por meio da 89ª Promotoria de Justiça da Comarca de **Goiânia**, informou que havia instaurado inquérito e preparava recomendação ao governo de **Goiás** para divulgar os dados sobre uso de aeronaves. A apuração iniciou a

partir de representação protocolada em março do ano passado denunciando o descumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) por parte da gestão estadual.

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-**GO**) também iniciou procedimento para acompanhar o caso. A Secretaria Estadual Casa Militar chegou a alegar ao MP-**GO** que não tinha equipe para reunir os dados.

Todos os voos têm obrigatoriamente de contar com registros sobre passageiros e justificativas, que são recolhidos nas datas das viagens. Os dados são públicos e não há qualquer decreto do governo com classificação de sigilo.

No primeiro pedido feito pelo POPULAR, em setembro de 2021, o titular da Casa Militar, coronel Luiz Carlos de Alencar, respondeu apenas a legislação que disciplinava a utilização do transporte aéreo. Em recurso protocolado no dia 24 de outubro, houve o reforço sobre as informações solicitadas, mas a pasta não deu resposta. Também houve solicitação de providências à **Controladoria Geral do Estado** (CGE), responsável pelo monitoramento de cumprimento da LAI na gestão estadual, também sem êxito.

Em fevereiro de 2022, foi protocolado novo pedido à Casa Militar, por orientação de entidades nacionais que observam a aplicação da LAI no País. O documento pedia a justificativa para a ausência de respostas, o nome da autoridade responsável pelo monitoramento de cumprimento da LAI na secretaria, o prazo estimado e as medidas tomadas para o atendimento ao pedido. Não houve qualquer resposta.

A LAI obriga a gestão a dar respostas em 20 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 10 dias com justificativa.

Na última segunda-feira (23), o sistema de solicitação da LAI do Estado informou a resposta ao recurso protocolado em dezembro de 2021. O documento, assinado pelo coronel Alencar, informa que o relatório foi publicado no site da Casa Militar.

Contratos

Desde 2020, o governo de **Goiás** fez contratos em dólar no valor equivalente a R$ 1,1 milhão para treinamento de pilotos para a utilização do jato. Também houve custo de cerca de R$ 400 mil para seguro e manutenção da aeronave, segundo informações de contratos da Casa Militar, disponíveis no Portal da Transparência.

Para o início deste ano, estava previsto novo contrato para treinamento de pilotos.

Site: https://opopular.com.br/digital/30-janeiro-2023/1o-caderno